

Brasil é cobrado a explicar vínculos militares com Israel

FONTE: [Monitor do Oriente Médio](#) | 31/07/2020

Uma onda de requerimentos de informação dirigidas a governos estaduais e ministérios, parlamentares denunciam cumplicidade brasileira com crimes israelenses e aprofundamento da militarização e racismo no Brasil

Nos dois últimos dias, parlamentares do PSOL e do PT protocolaram requerimentos de informação questionando os Ministérios da Defesa e da Justiça e Segurança Pública, e as Secretarias de Segurança Pública de oito estados brasileiros e do Distrito Federal sobre as relações comerciais e de cooperação com Israel e empresas israelenses nas áreas de defesa e segurança. As autoridades deverão informar, por exemplo, se as polícias civis, militares, a Força Nacional, a Polícia Federal e as Forças Armadas fazem uso de armamentos israelenses ou realizaram treinamentos naquele país.

Esta onda de Requerimentos de Informação ocorre cerca de um mês após mais de [300 figuras públicas](#) e parlamentares latino-americanos [publicarem um manifesto](#) condenando os planos israelenses de anexação de jure da Cisjordânia, e endossando o chamado de organizações da sociedade civil palestina por um embargo militar a Israel. Os parlamentos consideram “urgente aferir de que modo o Brasil se faz cúmplice das [violações perpetradas pelo regime israelense](#) e auxilia na manutenção destas ilegalidades”.

A iniciativa foi articulada por [movimentos sociais e organizações da sociedade civil](#) que integram o movimento de [Boicote, Desinvestimento e Sanções \(BDS\)](#), no contexto do 5º Julho Negro. O evento, organizado por movimentos de favelas, de mães e de familiares de vítimas da violência de Estado no

Rio de Janeiro, foi realizado virtualmente nesta semana. Gizele Martins, comunicadora social da favela da Maré e uma das organizadoras do Julho Negro, afirma que “a luta contra o racismo e a militarização é global e não se pode aceitar que táticas e tecnologias desenvolvidas sobre o povo palestino ajudem a matar e reprimir ainda mais no Brasil”.

No Rio de Janeiro, a bancada estadual do PSOL, composta por Flávio Serafini, Dani Monteiro, Eliomar Coelho, Mônica Francisco e Renata Souza, enviou ontem o Requerimento de Informação à Secretaria de Segurança Pública do estado. O mesmo ocorreu na quarta-feira, em São Paulo, quando os questionamentos foram apresentados por Mônica Seixas da Bancada Ativista, Carlos Giannazi, Erica Malunguinho e Isa Penna, integrantes da bancada do PSOL no estado. No Amapá, Ceará, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, e Rio Grande do Sul, a iniciativa foi levada a cabo, respectivamente, pelos deputados do PSOL Paulo Lemos, Renato Roseno, Fábio Félix, Sandro Pimentel e pela deputada Luciana Genro. No Pará, além do Requerimento de Informação da deputada Marinor Brito (PSOL), o Conselho de Segurança Pública do estado também protocolou os mesmos questionamentos. Em Minas Gerais, o pedido de informação foi feito pela deputada Andréia de Jesus (PSOL) em conjunto com Leninha Alves e Betão, ambos do PT. Na esfera federal os Requerimentos de Informação foram apresentados pela líder do PSOL, Fernanda Melchionna (PSOL/RJ), em nome da bancada do partido.

Os movimentos sociais e organizações envolvidas esperam que mais parlamentares de outros estados se somem à iniciativa nos próximos dias. No caso de Pernambuco, o mandato coletivo das Juntas (PSOL) já anunciou que realizará iniciativa semelhante nas próximas semanas. Segundo [Soraya Misleh](#), representante da Frente em Defesa do Povo Palestino de São Paulo, “é urgente escutar o chamado do povo palestino por solidariedade através do embargo militar e denunciar os laços entre o regime israelense de ocupação, colonização e apartheid com o racismo

e a militarização no Brasil”.